

INCLUSÃO ESCOLAR: Um desafio a ser vencido

Maria Débora de Lima Souza ¹
Universidade Federal Rural de Pernambuco-UAG.
E-mail: limasouzaug@outlook.com

RESUMO

Várias são as discussões e debates por profissionais da educação, da saúde e estudiosos, que procuram maneiras de tornar o processo de incluir o aluno deficiente no ambiente escolar, mas que nos dias atuais a superação dessa problemática ainda encontra-se aquém do que é garantido por lei. Nesse sentido esta pesquisa foi realizada em uma escola municipal do agreste pernambucano e teve por objetivo analisar a concepção de inclusão tida pelos profissionais que atuam diretamente com alunos deficientes. A pesquisa desenvolvida nesse artigo, foi realizada sobre o conceito da etnografia e da abordagem qualitativa. Para conceber as informações necessárias a análise tive que adentrar ao espaço educativo, para observar e entrevistar os autores que dizem realizar o processo de inclusão escolar. Nesse aspecto, foram necessárias duas semanas de observações, totalizando 10 dias úteis de pesquisa num total de 40 horas, utilizei a entrevista não estruturada com 4 profissionais da escola (3 professores que possuem alunos deficientes em suas salas, e 1 estagiário) para obtenção de dados e consequentemente confrontá-los com a realidade apresentada pelo ambiente escolar. A instituição escolar não possui em suas dependências a sala de Apoio Educacional Especializado para atender os alunos que necessitam desse espaço.

Palavras chave: Inclusão. Educação. Formação. AEE

INTRODUÇÃO

Diante dos inúmeros desafios e dificuldades enfrentados pelos sistemas educacionais, a questão da inclusão encontra-se em pauta. São várias as discussões e debates por profissionais da educação, da saúde e estudiosos, que procuram maneiras de tornar o processo de incluir a pessoa com deficiência no ambiente escolar, mas que nos dias atuais a superação dessa problemática ainda encontra-se aquém do que é garantido por lei, não só para os alunos deficientes mas de todo o alunado em idade escolar.

Nesse ponto, o capítulo IV do Direito a Educação, à Cultura, ao Esporte e ao lazer, o estatuto da criança e do adolescente (ECA), no seu art. 53 diz que “a criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:” no inciso “I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” nesse ponto, fica claro que

¹ Graduando pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco- Unidade Acadêmica de Garanhuns –UFRPE-UAG, email: limasouzaiaig@outlook.com

apesar do aluno ser assegurado por lei a ter direito a educação, isso não é alcançado na prática, principalmente quando se trata da educação inclusiva, pois, incluir não é somente colocar o aluno dentro da sala de aula.

Ao tratar sobre inclusão, Aranha (2006, p. 327) considera que:

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem as diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar.

Muitas escolas recebem os alunos deficientes e os colocam na sala de aula, e acham que estão realizando o que é chamado de inclusão, mas, muitas dessas instituições ainda não possuem um ponto importante nessa caminhada, ou seja, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que são um ponto de apoio ao profissional no desenvolvimento das atividades com esse alunado. Sobre esse tipo de sala Baptista (2011, p.70) afirma que:

Algumas das vantagens que eram associadas à classe especial podem ser potencializadas na sala de recursos, pois o trabalho com pequenos grupos é estimulado, permitindo melhor acompanhamento do aluno, favorecendo trajetórias de aprendizagem mais individualizadas sob a supervisão de um docente com formação específica. No caso da sala de recursos, a grande vantagem é que esse processo tem condições de alternância contínua com aquele desenvolvido na sala de aula comum.

Na sala de SRM funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE), esse ambiente de apoio às crianças deve ser o ponto de integração com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar, fazendo uma ponte entre o trabalho do ensino regular, mas, com foco no desenvolvimento da educação inclusiva.

O “AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008). E essas atividades devem ter subsídio no documento legal da escola, ou seja, no PPP e sobre o que venha a ser este documento Vasconcellos (2014, p 169) diz que:

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

A sala de AEE, deve ser utilizada como um apoio nas práticas pedagógicas do professor para que o aluno possa desenvolver as atividades, estas que são diferentes das que são desenvolvidas nas salas de ensino regular, onde o aluno encontra-se matriculado, não tendo portanto função de reforço escolar para esses estudantes.

Nesse ambiente especializado para o atendimento da pessoa com deficiência, o professor em atuação nessa sala não deve ter seu papel confundido com um profissional médico, mais este responsável pelo ambiente não é impedido de tomar decisões que possibilite articulações com profissionais relacionados a área da saúde, para assim realizar um trabalho de integração com maior possibilidade de avanços.

Para que o desenvolvimento das atividades nessa sala de aula se dê de forma adequada atendendo as necessidades do aluno, o profissional que deve atuar nessas salas de atendimento especializado precisam possuir uma formação com habilitação para docência e para a educação inclusiva, para assegurar uma melhor qualidade nas tarefas que irão ser realizadas.

No caso da escola não possuir esse tipo de atendimento, ou não ter outras instituições ligadas a secretaria de educação do município que possam realizar esse atendimento, os pais dos alunos que necessitam de um atendimento diferenciado, devem entrar em contato para que tenham esse direito garantido, já que a educação é um direito de todos. Muito embora todos não sejam contemplados, sejam eles pessoas deficientes ou não, essa é a realidade ainda apresentada pelo sistema educacional.

A INCLUSÃO NO DIA A DIA ESCOLAR

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando (MANTOAN, 2003, p. 12).

Em variadas situações vivenciadas nos dias atuais, o assunto inclusão surge numa perspectiva de que a escola e professores em sua maioria ainda não se encontram devidamente preparados para receber esses alunos em seus espaços, e realizarem de fato o que é chamado de inclusão, pois está “é produto de uma educação plural, democrática e transgressora” (MANTOAN, 2003, p. 20).

Nesse ponto, muitas pessoas em nossa sociedade ainda acreditam que as crianças ao serem recebidas pelas instituições escolares, estão de fato passando pelo movimento de inclusão e que não necessitam de outro tipo de atendimento, mesmo muitos pais não procurando saber se a escola dispõe ou não de uma sala de apoio especializada para receber aquele aluno, nesse sentindo, o que mais acontece são relatos de professores que não julgam estarem devidamente

preparados, principalmente para atuarem diretamente com as dificuldades apresentadas pelos alunos deficientes.

Atualmente a questão da inclusão no Brasil ainda não é uma realidade em todas as instituições educacionais, e nem na sociedade em geral, pois segundo Nogueira (2009, p. 49-50):

Numa escola inclusiva, todos são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escola que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para se adaptar aos diferentes alunos que recebe, pois incluir significa muito mais do que a simples presença física da criança na sala de aula. Infelizmente, ainda não saímos do discurso para a prática, uma vez que nossa escola continua excluindo os pobres, os culturalmente diferentes e, principalmente, os que possuem necessidades educativas especiais.

Nesse sentido, são muitas as barreiras a serem vencidas, para que dê fato se estabeleça nas instituições de ensino a inclusão, que não somente integre o aluno, mas que de fato estabeleça uma interação dos mesmos com o restante dos que fazem parte da sociedade em si, haja vista o ser humano ser um ser social.

Quando o assunto discutido é a educação inclusiva, um ponto fundamental a ser analisado é o de que:

A escola inclusiva propõe uma ruptura não só com as práticas, mas principalmente com os valores da escola tradicional. Essa escola inclusiva rompe com a ideia de um desenvolvimento curricular único, com a ideia de aluno transmissão e com o modelo de escola como estrutura de reprodução (BRASIL, 2014, p.13).

O modelo tradicional constantemente utilizado nas instituições escolares comprometem a implantação da inclusão efetivamente, a exigência de que o ensino deve ser realizado de forma padronizada colabora ainda mais com a ineficiência do que se considera ser uma educação inclusiva em potencial.

Para Mantoan (2003, p.12):

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando.

Nesse ponto, se faz necessário que o ensino regular seja ofertado de maneira normal como sempre se fez, o aluno deficiente deve ter sua matrícula efetivada no ensino regular e receber apoio no contra turno na sala de AEE, “esse atendimento não substitui a escolarização, o aluno deverá estar matriculado e cursando o ensino regular e no turno inverso, matriculado e frequentando o AEE” (BRASIL, 2008, p. 17).

Essa realidade quanto ao ensino dos alunos deficientes ainda não é efetivada, pois, em muitas escolas os alunos têm suas aulas na sala de AEE e não participam das aulas normais ofertada no ensino regular, isso quando a instituição possui esse ambiente especializado, já quando a instituição não dispõe desse espaço o aluno frequenta as aulas do ensino regular sem um apoio adequado as suas necessidades, o que acaba prejudicando sua evolução na aprendizagem.

Muitos ainda acreditam que colocar o aluno dentro da sala de aula é incluir, muito embora mesmo que a escola disponha da sala de AEE, muitos profissionais não possuem clareza quanto ao desenvolvimento das atividades que precisam ser realizadas. Assim o processo de inclusão fica fragilizado, e o “incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras” (ARANTES, 2006, p. 29).

Quando a escola não possui o atendimento da sala de SRM onde funciona a AEE, os alunos permanecem recebendo o ensino regular ofertado pelas escolas, de modo que nem sempre possuem um apoio especializado para que assim possam colaborar com o desenvolvimento das atividades, mas a família deve procurar uma instituição de apoio para que o filho tenha um acompanhamento adequado as suas necessidades.

Na prática esse contexto ainda é muito comum, os pais nem sempre detêm de um maior conhecimento quanto aos direitos que os filhos possuem, em relação a educação inclusiva, esse contexto a qual a escola é a única responsabilizada pelo ensino aos educandos deficientes, foi evidenciado mediante a pesquisa realizada, onde foi possível identificar que as crianças não dispõe de um atendimento diferenciado e os profissionais que atendem os mesmos não se consideram devidamente preparados para atuarem mediante a situação, mesmo assim alguns buscam dá o melhor para que o aluno consiga realizar as atividades.

CONTEXTO DE PESQUISA

A pesquisa nesse artigo analisada, foi realizada sobre o conceito da etnografia que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 41) é concebida “por ser entendida como estudo de um grupo ou povo”, onde busquei conhecer as dificuldades apresentadas sobre a questão da inclusão de alunos deficientes no ambiente escolar, em uma escola municipal do agreste pernambucano. A abordagem da pesquisa foi a qualitativa pois está “preocupa-se, portanto com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” Minayo (2001, p. 58). Dessa forma a pesquisa

desenvolvida sob esse contexto teve por objetivo analisar a concepção de inclusão tida pelos profissionais que atuam diretamente com esses alunos. Para conceber as informações necessárias tive que adentrar ao espaço educativo, observar e entrevistar os autores que dizem realizar a inclusão escolar.

Para tanto lancei mão da técnica de observação para obtenção de dados que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 74) configura-se como:

Técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo.

Nesse aspecto, foram necessárias duas semanas de observações, totalizando 10 dias úteis de pesquisa num total de 40 horas, utilizei a entrevista não estruturada com 4 profissionais da escola (3 professores que possuem alunos deficientes em suas salas, e 1 estagiário) para obtenção de dados e conseqüentemente confrontá-los com a realidade apresentada pelo ambiente escolar.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nas entrevistas realizadas com os 4 profissionais que trabalham em uma escola municipal do agreste pernambucano, para compreender como está sendo realizado o chamado processo de inclusão, e relacionar o que é discutido por vários autores sobre o tema com a realidade encontrada na referida escola que esteve sob pesquisa, nessa questão foi possível não somente entrevistar, mais também observar como os alunos deficientes eram acompanhados em suas atividades na sala de aula, sobre a entrevista, diante da primeira pergunta obtive a seguinte resposta ao questionar o professor 1 sobre como se configura a inclusão do aluno deficiente na sua sala e na escola? Diante dessa pergunta o mesmo respondeu que:

A meu ver não me sinto preparada pra atender de fato esse aluno portador de alguma deficiência seja ela física ou mental, não tenho como acompanhar ele em todos os momentos porque tenho mais 28 pra da aula e ajudar, se eu ficar com ele os outros se dispersam e não alcançam o que é esperado e cobrado pelo sistema de ensino, da mesma forma, vejo que o aluno especial devia ter um apoio especializado na sala pra que ele possa fazer alguma atividade, sei que o que faço não é inclusão, mais não tenho e nem tive preparação pra lidar com esse tipo de aluno, no caso quem tá se formando devia ter uma prática mais efetiva com a Educação especial, para que quando se adentre a escola para atuar como profissional não tenha tanta dificuldade em saber como lidar com essas heterogeneidade da turma. Essa é segunda turma que pego com alunos assim e ainda não aprendi a ensinar de fato a eles.

Diante da fala desse professor e das observações realizadas, pode-se perceber que de fato o que ocorre na sala de aula não pode ser chamado de inclusão, o aluno fica a aula toda pintando ou riscando algum material que o professor 1 traz de casa, a escola não disponibiliza de um profissional especializado para atuar no desenvolvimento desse estudante, mesmo sendo ele acompanhado por uma estagiária, a mesma afirma que “não estou preparada para lidar com as dificuldades que o aluno apresenta”, o aluno no caso é diagnóstico como portador do transtorno do espectro autista.

O professor 2 ao ser questionado sobre a mesma questão disse que:

Não posso fazer muita diferença quanto a inclusão dos alunos já que ele depende totalmente de alguém que saiba atuar com suas dificuldades, a escola não possui um atendimento especializado, não tem a sala de AEE para recebê-los e trabalhar as questões necessárias a formação deles, o apoio da sala é uma estagiária que cuida das dificuldades que o aluno tem, mais ele não faz nenhuma tarefa, vem pra escola somente pra não tá em casa, os agentes de disciplina ajudam ela quando o aluno está estressado, isso acontece principalmente quando sabemos que a medicação que ele toma é trocada.

Nesse ponto relatado pelo professor 2, e mediante as observações fica evidenciado que é atribuído total responsabilidade da educação inclusiva ao profissional responsável pela sala do AEE, mesmo o espaço não sendo disponibilizado na escola, e que ele não tem responsabilidade quanto a formação desse alunado, ficando nítida a sua falta de conhecimento quanto ao atendimento especializado, haja vista que:

É o professor da sala de aula comum que tem a atribuição de ensinar os conteúdos escolares- a todos os alunos e deve usar dos recursos disponíveis para que seus alunos tenham acesso as melhores condições possíveis de aprendizagem. Conhecer os recursos e funcionamento do AEE é poder contar com maiores possibilidades de trabalho para prática docente em direção a superar as barreiras à aprendizagem (BRASIL, 2014, p. 22).

Ainda sobre a primeira pergunta realizada na entrevista, o professor 3 respondeu que:

Na minha prática busco sempre integrar os alunos especiais com os demais, reconheço que ainda falta muito pra atender as necessidades deles, e não consigo fazer com que eles acompanhem a turma na questão dos conteúdos, mais produzo materiais para que ele consiga fazer alguma atividade que de fato tenha um significado, pra isso produzir um material tipo um caderno de atividades onde foi construído por meio de várias pesquisas na internet, o apoio da sala auxilia o aluno nas atividades para que o mesmo não fique alheio a tudo. A escola busca realizar uma melhor inclusão do aluno por meio de melhorar a acessibilidade, mesmo não tendo uma sala de AEE, que já era pra ter faz tempo, converso com os pais dos alunos para que procurem levar os alunos pra ter um apoio em alguma instituição especializada nesse tipo de atendimento, embora muitos pais ignoram acabam achando melhor o aluno está só no ensino regular e terem um atendimento médico que sempre tiveram. Mesmo estando há vários anos na área da educação e pegando várias turmas que tinham alunos deficientes, ainda sinto dificuldade para lidar com eles,

cada um possui uma singularidade própria, o que deu certo com um pode não dá com outro, assim como nós os ditos normais também né.

Esse entrevistado 3 mostra um melhor entendimento quanto a função do professor do ensino regular em desenvolver as atividades com o aluno deficiente, além de conceber maior noção da importância do apoio especializado das salas de AEE, ou de outra instituição que possa colaborar com esse desenvolvimento do discente. Quanto a colocação que o mesmo citou em relação a alguns pais, mesmo sem saber, eles estão deixando de possibilitar um melhor atendimento aos filhos além de, segundo Arantes (2006, p. 67) estarem promovendo uma dificuldade na efetivação da educação inclusiva, pois:

A mera matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais pode acentuar a resistência de alguns profissionais da educação e não contribuir para que os sistemas de ensino e suas escolas se constituam também em espaços para a educação para esses alunos em classes regulares.

É preciso que a sociedade tenha consciência de que a educação regular é um direito de todos os alunos, mas que, está não basta para os alunos deficientes, pois se faz necessário um atendimento diferenciado pra que de fato se tenha uma educação inclusiva, onde:

No atendimento educacional especializado, o aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançar o conhecimento acadêmico. Aqui, ele não depende de uma avaliação externa, calcada na evolução do conhecimento acadêmico, mas de novos parâmetros relativos às suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento (BRASIL, 2007, p. 27).

Mediante a construção do conhecimento adquirida pelos alunos deficientes, estes terão uma menor dificuldade em realizar tarefas conjuntas na educação regular, e terão uma maior possibilidade de estarem de fato sendo incluídas tanto na escola como na sociedade. Nesse sentido, as escolas que dispõe de um atendimento educacional especializado devem ser articuladas com o ensino regular, onde:

O professor do ensino regular deverá planejar suas aulas considerando os direitos de aprendizagem dos alunos e realizando um trabalho com seus colegas que atuam no AEE, ou seja, trata-se de uma proposta de trabalho que envolve a escola, um trabalho em equipe (BRASIL, 2014, p. 16).

Nesse mesmo propósito o documento ainda vem a conceber a ideia de que:

O professor do AEE, após a elaboração do plano de atendimento do aluno, seleciona os recursos necessários para auxiliar nessas dificuldades funcionais, e realiza um trabalho articulado com a professora da sala de aula comum (BRASIL, 2014, p. 29).

Fica claro nesse ponto que mesmo sendo o atendimento especializado um elemento de extrema importância nas escolas, o professor do ensino regular não deve se ausentar das suas responsabilidades enquanto educador, pois este deve pensar, repensar, fazer e refazer seus planos de aula e adequar seus métodos, para que estes possam de fato atender a demanda que a sala de aula apresenta, a busca por melhorar a base do conhecimento em relação a esse tipo de

educação deve ser constante na vida do profissional educacional, não devendo este colocar a culpa no ensino que deteve, por não saber lidar com esses alunos, o professor é o principal responsável pela sala de aula o apoio especializado irá tão somente auxiliar o aluno no desenvolvimento, mas será como o próprio nome diz um atendimento especializado não substituindo, portanto, o ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa realizada em uma escola, me permitiu perceber que o processo de inclusão ainda não é uma realidade comum em todas as instituições de ensino. Muito ainda há que se fazer para mudar essa realidade tão difícil, para aqueles que merecem toda atenção no processo de inclusão.

A escola que esteve sob pesquisa mostrou que os profissionais da escola ainda não entendem a real significação da palavra inclusão, e consideram que o aluno deve no ambiente escolar ter aulas na sala de apoio especializado, o que não deve acontecer já que o ensino regular deve ser ofertado normalmente e o especializado deve ser um apoio a mais no processo de aprendizagem do aluno. Esse pensamento ainda é muito comum, são inúmeros os relatos de profissionais que revelam não estarem preparados para enfrentarem essa realidade na sala de aula, sendo assim o processo de formação continuada deve ser visto como um ponto fundamental na quebra dessa barreira, e uma porta de conhecimento e preparação para de fato realizar a inclusão da pessoa com deficiência.

Colocar o aluno deficiente junto com os outros alunos da sala de aula para interagir e ficar no mesmo espaço, e este ter o ensino regular normalmente sem apoio especializado é uma realidade ainda muito presente na educação, mas as escolas devem procurar ter em suas dependências a implantação de uma sala de AEE, para assegurar o direito do aluno e contribuir para que o mesmo atinja seus potenciais e se desenvolva dentro do possível mediante as dificuldades apresentadas pelo aluno no laudo médico.

Essa despreparação dos professores para promover o ensino inclusivo acaba afastando os mesmos do processo de inclusão, já que não se encontram preparados se distanciando do movimento. A falta de políticas públicas voltadas a formação também é considerado um agravante, haja vista a demanda apresentada pelo sistema educacional e o pouco investimento na área.

REFERÊNCIAL

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Pedagogia: Geral e do Brasil**. Ed. Moderna: 3° Ed. Revista e ampliada, 2006.

ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, p.59-76, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria da Educação Especial. Secretaria de educação a Distância. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência intelectual**. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEB, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Estatuto da criança e do adolescente: Hora de fazer valer**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC/ACS, 2005.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS. 1° ed. Porto Alegre, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. Coleção - (cotidiano escolar).

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius. Os surdos e a escola inclusiva: O caso particular da matemática. In. ____ **Reflexões sobre o ensino de matemática nos anos iniciais de escolarização**. Sociedade Brasileira de Educação Matemática. 2009. p. 49-62.